



## A prescrição das dívidas segundo o Código Civil

### Autor(es)

Pollyanna Cristina Martins De Zalazar  
Administrador Kroton  
Ramon Da Rocha Alves  
Geovana Lustosa Ferreira  
Gabriel Rodrigues Silva

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

Neste artigo iremos abordar uma análise acerca das prescrições de dívidas ativas no âmbito do Direito Civil, em particular no que diz respeito às relações jurídicas de cunho obrigacional. O Código Civil brasileiro estabelece as normas e os prazos para a prescrição das dívidas, garantindo a segurança jurídica e a proteção dos direitos, tanto dos credores quanto dos devedores. Entende-se por meio dos artigos contidos no Código, que a prescrição determina um prazo para a perda do direito de ação judicialmente o devedor por dívidas, reparação de danos, ou qualquer outro direito previsto em lei, porém, o direito de cobrança extrajudicialmente é mantido ad infinitum.

### Objetivo

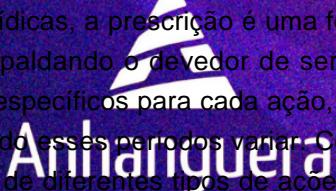
Aspira-se esclarecer as normas que dizem respeito à prescrição de débitos no âmbito do Direito civil, conscientizando os leitores sobre os prazos legais e consequências da caducidade de uma dívida.

### Material e Métodos

A metodologia empregada neste estudo consiste em uma abordagem multifacetada da prescrição de dívida no Brasil, realizando uma revisão conceitual no Código Civil e outras leis específicas que tenha a ver com a prescrição de dívida, mais especificamente a pessoal. Análises baseadas em artigos e notas jurídicas que nos remeteu ao debate abordado de forma clara e concisa do presente artigo. A pesquisa não teve restrição de período, utilizamos fontes de 2015 aos tempos atuais.

### Resultados e Discussão

De suma importância para as relações jurídicas, a prescrição é uma ferramenta utilizada para estipular prazos e condições para cobrança de dívidas, respaldando o devedor de ser cobrado por uma dívida antiga de forma inesperada. O Código estabelece prazos específicos para cada ação, em ações pessoais geralmente é de cinco anos após o vencimento da dívida, podendo esses períodos variar. Conforme disposto no art. 206, CC, onde se especifica os prazos legais da prescrição de diferentes tipos de ações. É válido ressaltar que estes prazos não indica o encerramento da dívida, ou seja, ao passar o prazo da prescrição a dívida continua ativa, o credor apenas





perde o direito de ação judicialmente o devedor, porém, extrajudicialmente esta cobrança pode ser feita dentro da legalidade. Ao término deste prazo o registro em órgãos de proteção ao crédito é positivado, contudo, a dívida estando ativa os bancos e instituições financeiras conseguem, através do Registrato, ter acesso às informações.

#### Conclusão

Em síntese, o prazo para prescrição disposto no Código Civil em toda sua especificidade, é uma forma de garantir os direitos dos inadimplentes de não serem cobrados de forma inadequada após os períodos ordenados no Código. Vale frisar que o inadimplemento não afeta apenas o devedor e o credor especificamente, pois a reincidência encarreta na insegurança e dificulta cada vez mais o acesso ao crédito para a sociedade no geral.

#### Referências

GAGLIANO, Pablo Stolze; VIANA, Salomão. Até quando uma dívida pode ser cobrada? Breves reflexões à luz da Teoria Geral do Direito Civil e do Direito das Obrigações. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6466, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/89154>. Acesso em: 04 de maio de 2024.

BELLIZZE, Marco Aurélio. A prescrição e a atualização do Código Civil. *Migalhas*, 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/396195/a-prescricao-e-a-atualizacao-do-codigo-civil> Acesso em 05 de maio de 2024

NEVES, Julio Gonzaga Andrade. Prescrição e Redirecionamento de Cobranças. *Justiça & Cidadania* nº 280, ano 24 p 22-24, Dez 2023. Disponível em: [editorajc.com.br/edicao/280/](http://editorajc.com.br/edicao/280/). Acesso em 05 de maio de 2024

# 3<sup>a</sup> MOSTRA CIENTÍFICA

